

**ANEXO IX
MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO**

(Modelo para simples conhecimento do LICITANTE)

TERMO DE PERMISSÃO Nº _____ / _____

PERMISSIONÁRIO: _____

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2016

A **EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A – BHTRANS**, com sede em Belo Horizonte (MG), à Avenida Engenheiro Carlos Goulart, 900, bairro Buritis, CEP 30455-902, inscrita no CNPJ sob o nº 41.657.081/0001-84, neste ato representada por seu Presidente, na condição de **PERMITENTE**, e _____, na condição de **PERMISSIONÁRIO**, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos que neste ato assumem, em consonância com as Leis Federais nº 8.666/93, 8.987/95 e 9.503/97, bem como a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, especialmente seus artigos de 193 a 203, e, ainda, o Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte vigente e demais normas supervenientes e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO

1.1. O objeto do presente Termo de Permissão é a delegação onerosa da permissão do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte (MG), que vigorará pelo até a data de 14 de novembro de 2028.

1.2. Integram este instrumento, obrigando as partes como se nele transcritos, o Edital da Concorrência Pública nº 01/2016, realizada pela PERMITENTE, o Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte e a Proposta Técnica do PERMISSIONÁRIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES

2.1. O PERMISSIONÁRIO prestará os serviços de forma adequada, observando os princípios da eficiência, moralidade, legalidade, continuidade, atualidade, generalidade, regularidade, segurança e cortesia, devendo obedecer às normas aplicáveis, atender aos demais critérios e obrigações estabelecidos neste instrumento, bem como sujeitar-se à fiscalização da atividade e respectivas sanções regulamentares e legais, inspeções veiculares periódicas ou extraordinárias, regulamentação específica, prestação de contas periódica ou extraordinária, e controle tarifário pelo Município, por meio da PERMITENTE.

2.1.1. O PERMISSIONÁRIO deverá manter, em todo o curso da permissão, as condições de habilitação e classificação sua e do veículo oferecido para o serviço, podendo substituir este por outro de condição equivalente ou superior, submetendo-se às atualizações posteriores fixadas pela PERMITENTE, especialmente àquelas relativas à segurança dos usuários.

2.1.2. O PERMISSIONÁRIO assumirá integralmente os ônus, riscos e responsabilidades oriundas da permissão, não restando à PERMITENTE, solidária ou subsidiariamente, nenhuma responsabilidade administrativa, civil, penal, tributária, trabalhista, previdenciária, fundiária ou de qualquer outra ordem, nada podendo o PERMISSIONÁRIO alegar, ainda que ausente ou ineficaz a fiscalização.

2.2. A PERMITENTE procederá às alterações julgadas necessárias à adequação, aperfeiçoamento ou expansão dos serviços no que concerne à qualidade, regularidade, atualidade, segurança, continuidade, generalidade, eficiência, pontos de parada e operação dos serviços, podendo, além de manter a prerrogativa de autoridade normativa e fiscalizatória, também, a qualquer tempo:

a) promover novas delegações e revisão das tarifas, quando o interesse público o exigir;

- b) intervir na prestação do serviço quando o interesse público o exigir, especialmente quando houver risco de descontinuidade;
- c) avaliar e fiscalizar permanentemente o serviço prestado, aplicando as sanções regulamentares e promover vistorias periódicas ou a qualquer momento, priorizando sempre a segurança e o conforto dos usuários.

2.3. A permissão é delegada em caráter precário, personalíssimo, inalienável, impenhorável, incomunicável e intransferível por sucessão legal, testamentária ou qualquer outra forma, sendo vedada a subpermissão.

2.3.1. O valor da outorga fixado para a licitação é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por Permissão, pelo período de vigência.

2.3.1.1. O pagamento da outorga poderá ser efetuado em até 60 (sessenta) parcelas iguais e mensais, corrigidas anualmente pelo IPCA, devendo o primeiro pagamento ser realizado no ato de assinatura do Termo de Permissão e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes ao início da operação dos serviços, sob pena de extinção da Permissão.

2.3.1.2. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela por culpa do Permissionário, o valor devido será corrigido à razão de 1% (um por cento) ao mês, *pro-rata-die*, no período compreendido entre o vencimento e o efetivo pagamento.

2.3.1.3. Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento de qualquer parcela, será antecipado automaticamente o vencimento das demais parcelas, sem prejuízo de eventuais atualizações pelo IPCA, multa de 2% (dois por cento), cobrança judicial e demais cominações legais, sob pena de extinção da permissão.

2.3.1.4. Os pagamentos deverão ser realizados mediante depósito na conta corrente da BHTRANS, em conta a ser indicada no ato da assinatura do Termo de Permissão.

2.3.1.5. Os depósitos deverão ser identificados em nome do Permissionário.

2.3.1.6. A BHTRANS poderá alterar, a qualquer momento, a forma de pagamento das parcelas.

2.3.1.7. Em caso de extinção da Permissão, o valor pago pela mesma não será devolvido pela BHTRANS.

2.4. São atribuídos e/ou conferidos aos usuários todos os direitos e deveres contidos no Regulamento do serviço, bem como na legislação aplicável, inclusive portarias da PERMITENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

3.1. Extingue-se a permissão por:

- a) advento do termo contratual estabelecido no Edital;
- b) falecimento do Permissionário;
- c) incapacidade do Permissionário declarada judicialmente;
- d) renúncia;
- e) rescisão;
- f) revogação;
- g) anulação;
- h) encampação;
- i) caducidade;
- j) cassação do Registro do Condutor Permissionário;
- k) insolvência civil do Permissionário;
- l) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos da Lei;
- m) nos demais casos previstos no Regulamento.

3.1.1. O Regulamento do serviço estabelecerá os casos de suspensão ou cassação do registro de

condutor, podendo resultar tais punições em caducidade, conforme o caso.

3.2. Em qualquer das hipóteses desta cláusula é assegurada a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal.

3.3. Extinta a permissão, retornam à PERMITENTE todos os direitos e privilégios transferidos, conforme previsto no Edital e estabelecido neste instrumento, com imediata assunção do serviço pela Municipalidade, sem reversão de bens.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica estabelecido o foro da Comarca de Belo Horizonte (MG) para dirimir as controvérsias oriundas deste Termo, desde que esgotadas todas as vias amigáveis necessárias à composição de eventuais litígios.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam e rubricam todas as folhas das 2 (duas) vias do presente Termo de Permissão na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 201____.

BHTRANS – PERMITENTE

PERMISSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____